

Imagens inglesas e portuguesas sobre a África no Século XIX: projetos políticos e representações.

Alexsander Lemos de Almeida Gebara¹

Como é bastante conhecido, o século XIX foi um período de marcadas transformações na bacia Atlântica. As independências das colônias americanas, o impulso da Revolução Industrial na Europa, o fim do tráfico escravo da África para as Américas, entre muitos outros processos históricos importantes, contribuíram para uma reorganização das relações políticas, econômicas e sociais, não apenas entre as margens africanas, européias e americanas do oceano Atlântico, mas também no interior dos referidos continentes. De certa forma, todos esses processos encontram-se relacionados. Entretanto, não é uma abordagem de tal forma ampliada que se pretende aqui.

De fato, embora algumas referências aos processos mencionados possam aparecer ao longo das considerações que se quer ressaltar neste texto, o intuito é apenas pontuar sua relação com o tema mais central a ser abordado, qual seja, as transformações nas relações euro-africanas e, mais especificamente, as mudanças nas representações inglesas e portuguesas sobre a África neste período.

Para situar algumas dessas transformações, é preciso partir de uma caracterização, ainda que breve, das relações da Europa com a África no período anteriores, as quais foram capitaneadas pela dinâmica do tráfico Atlântico de escravos – certamente o principal interesse comercial europeu na África, ao menos desde o início do século XVII.

Assim, este texto começa com uma apresentação da dinâmica deste comércio, para depois discutir as mudanças no século XIX, que incluem a luta britânica para por fim ao tráfico escravo, o desenvolvimento da geografia e antropologia como formas “científicas” de representação do continente, as mudanças de interesse econômico e político dos países europeus com relação à África, e a decorrente mudança de atitude

¹ Professor Adjunto de História da África da Universidade Federal Fluminense.

que levou à interiorização dos europeus na África, com consequências fundamentais para a invasão colonialista, a partir do último quartel do século. A excessiva amplitude das questões que podem emergir destes elementos encontra como limite o foco nas representações e atitudes inglesas e portuguesas com relação à África, que se quer explorar neste trabalho.

Tráfico escravo

John Thornton aponta para um debate sobre as possíveis motivações iniciais para a expansão marítima ibérica a partir da metade do século XV, que opõem, por um lado, a tentativa de circundar e isolar os muçulmanos que controlavam o comércio com o Oriente e, por outro, a busca de resultados lucrativos de curto prazo.² Quaisquer que fossem, entretanto, essas motivações, uma das “mercadorias” encontradas pelos portugueses na costa da África, desde o início, foram escravos. Inicialmente levados em pequeno número para Portugal, ou usados como moeda de troca na própria costa africana, com o passar do tempo estes africanos escravizados começaram a ser empregados em empreendimentos coloniais. Em especial, após os primeiros contatos de Portugal com o Reino do Congo – que passou a fornecer escravos em maior número, em especial para o trabalho nas plantações de cana de açúcar nas ilhas de São Tomé. Este tipo de comércio passou a crescer progressivamente, e ganhou ainda novo ímpeto com o início do envio destes africanos para o Brasil, em meados do século XVI.

A despeito deste primeiro século, no qual foram lançadas as bases de contato comercial entre Europa e África Sub saariana, o comércio escravo ganhou importância e volume de fato a partir do século XVII, e atingiu seus maiores volumes ao longo dos séculos XVIII e XIX. Isso fica bastante claro ao se observar os números oferecidos pelo *Trans-Atlantic Slave Trade Database*³. Segundo este banco de dados, que estima computar cerca de 80% de todas as viagens transatlânticas de comércio de escravos, cerca de 280 mil africanos embarcaram para as Américas no século XVI, enquanto quase 2 milhões deles iniciaram a travessia no século seguinte, e extraordinários 6,5 milhões o fizeram no século XVIII. Já no século XIX, cerca de 3,8 milhões de africanos

2 Thornton, J. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, cap. 1. Note-se que o autor coloca-se, inicialmente, ao lado da idéia do lucro de curto prazo.

3 Citar corretamente.

embarcaram para a travessia do Atlântico como trabalhadores forçados, o que significa a continuidade de um ritmo muito acelerado de comércio, uma vez que, em termos estatísticos, praticamente nenhum embarque foi realizado após 1860.

As estimativas numéricas sobre o volume do tráfico também já foram fruto de um acirrado debate historiográfico. Hoje em dia, entretanto, há um relativo consenso quanto ao número de africanos embarcados ao longo de todo o período de duração deste comércio, que gira em torno dos 11 milhões.⁴ O que interessa para este texto mais diretamente é a participação inglesa e portuguesa neste processo. Estes dois países foram os mais envolvidos no trato Atlântico de escravos. De acordo com Eltis, Behrendt e Richardson⁵, a Inglaterra embarcou cerca de 3,1 milhões de africanos para a América, enquanto Portugal, o maior operador deste comércio, embarcou pouco mais de 5 milhões de escravizados. Sendo assim, ambos embarcaram praticamente 80% dos africanos ao longo de todo o período.

Também é preciso ressaltar, em linhas gerais, algumas das diferenças entre Portugal e Inglaterra na relação estabelecida com a costa africana. Os embarques em navios escravistas ingleses espalharam-se em especial ao longo da chamada “Costa Ocidental”, o que inclui, principalmente, as baías de Benim e Biafra e a Costa do Ouro, sem desconsiderar a importância relativa da região Norte da costa Centro Ocidental. Já os embarques portugueses, concentravam-se em especial na costa da região Centro Ocidental, mas sem desprezar também embarques na costa Ocidental (Uidá, Lagos, etc...) e Oriental.⁶

Em segundo lugar, deve-se notar a distribuição de tais embarques no tempo. O comércio inglês concentrou-se ao longo do século XVIII, período no qual foram os maiores operadores atlânticos deste comércio, e terminou efetivamente em 1807, com a proibição da Inglaterra do comércio escravo em navios ingleses e para colônias britânicas. Por sua vez, o tráfico português começou antes e demorou quase meio século

4 Ver Lovejoy sobre o debate. (citar artigo)

5 Eltis, D; Behrendt, S. e Richardson, D. “A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos”. *Afro Ásia*, n 24, 2000.

6 De fato, para algumas regiões e períodos, mais especialmente para a Bahia no início do século XIX, os escravos da costa ocidental representam uma porcentagem importante com consequências significativas para a demografia diaspórica.

a mais para terminar.

Também é relevante sinalizar a forma de operação e estruturação deste comércio na costa africana. Neste aspecto, talvez a principal diferença tenha sido o estabelecimento de estruturas coloniais portuguesas muito cedo na costa africana. A fundação da primeira colônia portuguesa, de São Paulo de Luanda, data de 1575, enquanto a Inglaterra, ficou praticamente sem nenhuma possessão colonial até o início do século XIX, quando assumiu Serra Leoa, antes um empreendimento filantrópico-comercial privado, como colônia da coroa britânica.⁷

Não se deve exagerar, entretanto, a dimensão do estabelecimento colonial português. O controle europeu não ultrapassava algumas centenas de quilômetros da costa, e nem mesmo conseguia controlar efetivamente todo o comércio escravo que escoava do interior africano para a costa. De certa forma, em um aspecto o comércio de escravos em toda a costa atlântica – a despeito de diferenças nas formas de financiamento e embarque, entre outros fatores – manteve uma característica comum, qual seja, eram africanos que traziam escravos para serem vendidos à costa. Assim, os europeus não precisavam penetrar no interior do continente para realizar seus objetivos no que diz respeito à exportação de escravos.

A longa presença portuguesa, por outro lado, apesar de não garantir controle político sobre uma região mais ampliada, instituiu um espaço de trocas culturais de longa duração. De acordo com Isabel de Castro Henriques, é preciso distinguir a “presença” portuguesa, da “influência” exercida por Portugal nas regiões africanas em contato com Luanda, Benguela e Cabinda. Segundo esta autora, apesar da pequena presença em números absolutos, a influência exercida pelo comércio costeiro com os portugueses e com luso africanos transformou as condições do interior africano.⁸ Além disso, em meados do século XIX, quando os objetivos portugueses se transformaram em grande parte em razão da independência do Brasil e do combate inglês ao tráfico de

7 Fyfe, Christopher. *Freed Slave colonies in West Africa*, in FLINT, J. ed. *The Cambridge History of Africa*, Cambridge, Cambridge University press, 1976. pp 170-199

8 Henriques, Isabel de Castro. *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: instituto de investigações tropicais, 1997. Ver também, para os efeitos do tráfico no interior Miller, Joseph. *Way of Death, Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin press, 1988.

escravos, esta longa presença já havia dado origem a uma “burguesia” colonial que tornava mais complexa a implementação de novas políticas metropolitanas.

Desta forma, o que pode-se notar no período do comércio atlântico de escravos é a permanência dos europeus nas regiões junto às costas, de onde podiam gerenciar o seu lado do comércio, que até então era, na prática limitado às praias e cidades costeiras. Além disto, parece relativamente claro que até o início do século XIX, o balanço de forças na costa africana tendia para o lado dos africanos, com nenhum dos países europeus tendo condições, de impor seus padrões ou ritmos comerciais à força para os estados e populações africanas com os quais comerciavam.

Isto começou a mudar, entretanto, justamente no início do século XIX, em especial devido a uma mudança de postura inglesa, a partir do final do século anterior. Essa mudança pode ser exemplificada através de vários exemplos. Um deles é o caso da já mencionada colônia de Serra Leoa. Segundo Christopher Fyfe, a colônia teve início a partir de uma tentativa de assentamento, na África, de algumas centenas de escravos fugidos dos EUA durante e após a guerra da independência, em 1887.⁹ Inicialmente projetado como um empreendimento privado, sucessivos fracassos comerciais e políticos na região acabaram resultando na incorporação do território como colônia oficial do governo britânico, a primeira na África Ocidental, em 1808¹⁰.

Pode-se também ressaltar a primeira viagem de Mungo Park para o interior da África como um outro marco importante desta mudança de atitude da Inglaterra para com a África. Na década de 1790, Park viajou financiado pela *Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa* (Associação para a promoção da descoberta das partes interiores da África – comumente chamada de Associação Africana) com objetivo de descobrir o curso do Rio Niger. A associação africana havia

9 Fyfe, C. Op. Cit.

10 Apesar de Serra Leoa ter começado a servir, depois disto, como base de operações para o Esquadrão de Combate ao Tráfico da marinha Britânica, os fracassos iniciais marcaram profundamente o destino dos empreendimentos filantrópicos ingleses nos anos seguintes. De acordo com Phillip Curtin, “A mudança na atitude humanitária entre 1788 – 1808 foi de um ponto de vista apenas uma mudança súbita no balanço de opiniões, mas suas conseqüências foram mais sérias. Um dos poucos grupos na Bretanha que havia se esforçado para compreender e defender a cultura africana passou para a oposição. A garantia restante de igualdade espiritual não foi suficiente para prevenir uma mudança mais ampla na opinião Britânica nos círculos não humanitários, onde a promessa e implicação de igualdade espiritual não tinha tanto peso.” Curtin, Philip. *The Image of Africa. British Ideas and Action, 1780 1850*. London: MacMillan &co., 1965, p. 139

sido fundada em 1788 e sempre se posicionou contra o tráfico escravo, e procurava descobrir novas formas de investimento de possibilidades de lucro que teoricamente se desvendariam com a descoberta das potencialidades do interior do continente africano.

Park não foi o primeiro a ser financiado, mas foi o primeiro que conseguiu penetrar no continente e voltar para contar a história. Seu relato, *Travels to interior districts of Africa*, foi um sucesso editorial, e sua viagem inaugurou uma “era”, por assim dizer, de exploração do continente africano pelos ingleses, inicialmente com intuito de mapear o curso do Rio Niger, que só viria a ser totalmente desvendado na década de 1830, com as viagens do Capitão Clapperton e posteriormente dos Irmãos Lander.

Além destes dois exemplos da mudança de atitude inglesa para com a África, resta, é claro, a mais óbvia delas, qual seja, o final do tráfico escravo a partir de 1807. A despeito de quais tenham sido as motivações para a Inglaterra decretar o final deste tipo de comércio com a África – econômicas, humanitárias, etc... - o fato é que depois disto, pela grande proeminência econômica inglesa na Europa, ficou cada vez mais difícil a manutenção deste por parte de outros países europeus. Tratados anti-tráfico com França, Espanha, Portugal foram realizados nas décadas seguintes, transformando o comércio em contrabando, e tornando cada vez mais arriscados e custosos os embarques na costa africana. Isto não implica dizer que estes reduziram. Pelo contrário, novas estratégias, novos portos, e novas rotas foram estabelecidas para suprir, especialmente, a demanda brasileira de escravos na primeira metade do século XIX.

Já para Portugal, o início do século também foi marcado por mudanças em sua relação com a África, mas por questões completamente diferentes. Em 1808, quando a Inglaterra começava a combater o tráfico escravo, a corte portuguesa deixou Lisboa em direção ao Rio de Janeiro, fugindo das tropas napoleônicas. As questões relativas ao comércio Brasil-África, passaram cada vez mais a se concentrar no Brasil, e não mais em Portugal. Com a independência brasileira em 1822, as questões ficaram ainda mais delicadas para Portugal, uma vez que há séculos, sua relação com a África se dava basicamente em torno da exportação de escravos para as atividades produtivas coloniais. Era preciso agora, uma nova forma de relacionar-se com a África, uma vez que a maior parte da lucratividade das “colônias” africanas advinha de um comércio que

favorecia claramente o Brasil em detrimento da antiga metrópole.

Entretanto, apesar de sediados no Brasil, parte dos comerciantes ainda eram portugueses, e a elite que participava do comércio na costa africana tinha fortes laços com Portugal. Assim, embora as questões sobre mudanças de atitude para com as colônias africanas entrassem na ordem do dia logo após o reconhecimento da independência brasileira por parte de Portugal, foi apenas na década de 1830, com a vitória liberal na guerra civil, que medidas efetivas começaram a ser tomadas, especialmente com o Marquês de Sá da Bandeira ocupando o cargo de ministro do Ultramar.¹¹

Entre outras posturas, o decreto extinguindo o tráfico escravo, a mudança nas estruturas administrativas visando reduzir a autonomia de decisões nas colônias, o incentivo à imigração branca para regiões coloniais e finalmente um projeto mais estruturado de interiorização que procurava estabelecer a ligação entre as costas ocidental e oriental da África representam claramente uma mudança de perspectiva do governo português para com a África.

Por outro lado, nenhuma destas atitudes teve impacto prático significativo. O comércio escravo continuou existindo, agora na ilegalidade em grande parte justamente pela influência das elites luso-africanas locais que se recusavam a acatar a autoridade lisboeta que acabaria com uma de suas principais fontes de renda e poder. E a interiorização ainda estava bloqueada por parte das estruturas políticas africanas que controlavam o trânsito e o comércio no interior do continente.¹² É certo que a primeira travessia do continente – já tentada anteriormente, entre outros por Francisco José de Lacerda e Almeida em 1798 – havia acontecido ainda no começo do século, entre 1802 e 1811, por dois pombeiros escravos de Francisco Honorato da Costa, então diretor da feira de Cassanje. Entretanto, só voltaria a ser possível, como se verá, no último quartel do século XIX, quando as condições científicas, militares e políticas já haviam sido bastante transformadas.

Mudanças de representação britânicas

11 Alexandre, Valentim (cord.). *O império Africano, séculos XIX e XX*.

12 Ver Isabel de Castro Henriques. *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: instituto de investigações tropicais, 1997.

Como foi possível notar, para a Inglaterra o século XIX começa com um forte impacto das ideologias filantrópicas. A *Society for Effecting the Abolition of the Slave Trade* (Sociedade para efetivar a abolição do tráfico escravo – SEAST) criada em 1787, propagandeava os males “morais” do comércio atlântico. A imagem do negro acorrentado, ajoelhado e questionando “não sou eu um homem e um irmão” circulava amplamente pelo país. Entretanto, levaria ainda vinte anos para que o parlamento inglês aprovasse a medida de extinção deste comércio. (procurar artigo no Jstor – John Oldfield é uma possibilidade...)

Apesar do final da própria SEAST em 1797, outras organizações – entre elas a *Associação Africana*, que ganhava força exatamente neste momento – defendiam em parte os mesmos ideais sobre a imoralidade do comércio de seres humanos e começavam a projetar uma perspectiva que dominaria grande parte da primeira metade do século XIX, ou seja, a “salvação” da África através da cristianização e do comércio lícito como forma de incentivar os africanos a produzir outras mercadorias – especialmente agrícolas - e abrir mão da venda de escravos.

Ou seja, a idéia da “missão civilizadora” ganhava corpo em meios ingleses. Esta idéia trazia consigo, uma certa perspectiva sobre os africanos e para que fizesse sentido, ao menos duas condições precisavam coexistir. A primeira delas era sem dúvida, a inferioridade dos africanos. Esta era a condição básica que legitimava a necessidade de 'resgatá-los' da situação degradante em que se encontravam, cheios de 'vícios', 'costumes selvagens' e ainda sem conhecer a religião 'verdadeira'. A segunda delas era justamente sua possibilidade de “civilização”. Ou seja, apesar de atrasados os africanos teriam, sob as circunstâncias corretas, condições de compreender os valores da civilização ocidental, em especial através do desenvolvimento do comércio “lícito” e da cristianização.

As estruturas de representação da África desenvolvidas pelos ingleses neste período da primeira metade do XIX, portanto, coadunam em parte com a perspectiva humanitária e filantrópica. Em primeiro lugar, pode-se ressaltar a própria Sociedade para proteção dos Aborígenes (*Aborigines protection society*) fundada em 1837, quatro anos após a abolição da escravidão nas colônias inglesas, que segundo George Stocking, havia sido uma vitória de grupos humanitários e religiosos no parlamento, cujo líder era

Thomas Foxwell Buxton. Esta Sociedade, entretanto, reunia em seus quadros alguns membros interessados não apenas na proteção dos aborígenes, mas também no estudo “científico” dos povos não europeus. Ainda segundo Stocking, esta mudança de atitude aparece claramente em sua “recorrente necessidade de enfatizar que *não* era oposta à colonização européia em princípio e *não* desejava manter os aborígenes 'na pureza de sua raça', como 'objetos de interesse na história natural do homem’” Além disto, após poucos anos mudou seu estatuto, trocando a frase “proteger os indefesos” por “registrar sua história”.¹³

Esta pequena mudança mostra, como se pode perceber, que mesmo as instituições supostamente preocupadas com o bem estar dos não europeus acabavam mostrando-se sensíveis à condição imperial da Inglaterra. Junto com as perspectivas filantrópicas e humanitárias, surgia mais ou menos claramente a perspectiva imperial. Longos são os debates historiográficos sobre um suposto interregno anti imperialista entre as décadas de 1840 e 1860.¹⁴ Entretanto, excetuando-se as posturas oficiais do *Colonial Office*, que advogavam a não anexação de novos territórios coloniais, as atitudes inglesas e mesmo as posturas de algumas instituições científicas apontavam para o outro lado, ainda que estivessem relativamente distantes das teorias de inferioridade *racial* dos não europeus.

A *Ethnological Society of London*, por exemplo, surgida em 1843 em grande parte a partir de quadros da própria Sociedade para proteção dos Aborígenes, embora não tivesse mais a mesma preocupação com a defesa dos não europeus, mantinha-se dentro de uma linha interpretativa que ainda era fortemente credora dos preceitos bíblicos que orientavam os filantropos e humanistas ingleses que batalharam pelo final do tráfico e da escravidão. A figura mais importante, ou mais influente, neste primeiro momento foi James C. Prichard. Obviamente, não havia grandes questionamentos sobre a inferioridade conjuntural dos africanos, mas as explicações para esta inferioridade não vinham, ainda, da *raça*, mas da história. A crença bíblica básica na unidade original da

13 Stocking, G. “What's in a name The origins of the Royal anthropological institute (1837-71)”, *Man, the journal of the Royal anthropological institute*. vol 6, n3, 1971. pp 369-390.

14 Para uma apreciação deste debate ver: Farnsworth, S. *The evolution of British imperial policy during the mid nineteenth century, a study of the peelite contribution, 1846 – 1874*. London, Garland publishing, 1992.

humanidade fazia com que Prichard e outros buscassem na história as possíveis razões para o estado supostamente inferiorizado dos africanos.¹⁵

O início da institucionalização da Geografia na Inglaterra também estava carregada, em grande parte dos mesmos preceitos. Por um lado, sua vinculação à idéia de império colonial aparece mais diretamente e também estava presente a afirmação da inferioridade das populações não europeias. Mas por outro, a perspectiva humanista surge nas entrelinhas das publicações da sociedade. Fundada em 1830 e já fortemente ligada ao governo inglês, a *Royal Geographical Society* mostra claramente suas perspectivas imperiais. O texto do folheto que propunha a sua criação afirmava que as vantagens do desenvolvimento da geografia são “predominantes para o bem estar de uma nação marítima como a Grã Bretanha, com suas numerosas extensivas possessões estrangeiras.” Esta ligação praticamente direta com o Estado vai ficar mais evidente quando a Sociedade encontra-se mais fortemente estabelecida, ao longo das décadas de 1850 e 1860, a ponto de garantir a presença de uma comitiva científica junto à uma expedição militar, como no caso da campanha na Absínia, em 1867.¹⁶

Entretanto, antes mesmo da fundação da *Royal Geographical Society*, já vinham sendo realizadas expedições ao interior do continente africanos, sob auspícios da idéia de cristianização da África e do desenvolvimento do comércio 'lícito'. Foram estes os motores, juntamente com uma geografia ainda praticamente inexistente que orientaram as expedições de Mungo Park na virada do século, e mais tarde de Hugh Clapperton e dos irmãos Lander nas décadas de 1820 e 1830, que completaram o mapeamento do curso do grande rio e começavam a vencer as barreiras para penetração no interior africano.

Não por acaso, a grande expedição de 1841, idealizada por um dos grandes arautos do final do tráfico escravo, Thomas F. Buxton, tinha como meta a ascensão do curso do Rio Níger, praticamente a única área mapeada na África Subsaariana então.

15 Para uma apreciação da Sociedade Etnológica, e principalmente das idéias de Prichard, ver: Stocking, G. *Victorian Anthropology*. New York: The Free Press, 1987.

16 Driver, F. *Geography Militant*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001. p. 43. Há quem considere que na metade do século XIX, a *Royal Geographical Society* como “uma extensão não oficial do Foreign Office”. Dickenson, John. “The Naturalist on the River Amazon and a Wider world: Reflections on the Centenary of Henry Walter Bates”. *The Geographical Journal*, vol. 158, N° 2, julho de 1992, p. 210

Com o objetivo principal de minar o tráfico escravo, Buxton sugeria que conjuntamente, missões cristãs, oportunidades de comércio e desenvolvimento agrícola fariam com que os africanos percebessem a imoralidade do tráfico escravo e teoricamente a maior lucratividade do comércio lícito.

Entretanto, esta expedição, segundo P. Curtin, foi um marco de mudança da relação entre Inglaterra e África. Isto por que o plano de Buxton não se constituía mais apenas de cristianização, comércio e agricultura, mas também uma atuação cada vez mais forte do esquadrão inglês de combate ao tráfico e, se necessário, uma série de tratados *forçados* com os diversos Estados africanos da costa.

De fato, por volta desta data, a atuação do braço naval britânico na costa africana começava a mudar. A primeira intervenção mais direta foi uma apreensão no porto da cidade de Bonny, em 1836, de navios espanhóis que estavam carregando escravos. Esta invasão gerou resistência por parte das autoridades de Bonny. A Inglaterra então interveio ainda mais diretamente e à força, trocou o regente da localidade por um outro supostamente mais afeito às suas intenções, impondo um tratado anti tráfico, exatamente da forma sugerida no plano de Buxton, dando início a um turbulento período na localidade.¹⁷

A atuação do esquadrão inglês na costa africana passou a ser cada vez mais agressiva a partir deste momento.¹⁸ A criação de um consulado específico para as Baías de Benim e Biafra, mostram um aumento de interesse direto inglês na região. O primeiro cônsul, John Beecroft, significativamente, era um comerciante longamente estabelecido na costa africana, e participara de algumas expedições para subir o Níger anteriormente.

Sua atuação, desde o início se deu de forma bastante agressiva, e sempre sob a bandeira de acabar com o tráfico de escravos. Pouco tempo após sua nomeação, Beecroft, com apoio do esquadrão inglês de combate ao tráfico, atacou Lagos, conseguindo a substituição do governante local por outro, seguido do mesmo tratado

17 Ver Dike, K. O. *Trade and Politics in the Niger Delta*. London: Oxford University Press, 1956.

18 De fato, a atuação imperial britânica como um todo parece mudar. A Guerra do Ópio e as anexações na Índia funcionam como exemplos mais conhecidos deste momento, qual seja, a atuação imperialista em nome do livre comércio.

anti tráfico realizado anos antes com cidades como Bonny, no delta oriental do Níger. Vale ressaltar que a substituição do governante não ocorreu sem resistência. O antigo regente, Kosoko, continuou lutando para recuperar sua posição durante boa parte da década de 1850.

A medida seguinte de Beecroft como cônsul foi o bloqueio do porto de Uidá, que era o principal local de escoamento das exportações daomeanas, e outro porto historicamente importante para o comércio de escravos. O bloqueio durou cerca de 10 meses, e terminou apenas quando Gezo, rei do Daomé, concordou com a assinatura de um tratado de intenções para por fim ao comércio escravo no futuro.

Desta forma, parece relativamente claro que no início da década de 1850, com a criação do consulado inglês para as Baías de Benim e Biafra e a atuação ainda mais agressiva da marinha britânica na região, houve uma inversão da correlação de forças na costa africana. A Inglaterra dispunha de capacidade suficiente para impôr sua dinâmica frente aos estados da África Ocidental. Também deve ficar claro, entretanto, que esta imposição não se deu de forma tranquila, contando com a resistência dos governantes africanos sempre que as atitudes britânicas desafiavam as soberanias locais. Para notar tal resistência, basta lembrar que o comércio escravo sempre conseguiu, com novas estratégias, portos e formas de financiamento, se manter ativo, e só teve seu fim definitivo com o final da demanda americana, em 1860, quando Cuba parou de importar africanos escravizados.

Resta notar que neste momento, apesar da mudança na correlação de forças na costa, a Inglaterra pouco podia fazer no que diz respeito ao interior do continente. O Daomé, por exemplo, a despeito da pressão inglesa, continuava sem definir uma data para finalizar o tráfico escravo e menos ainda para parar com os costumes de sacrifícios humanos. Além disto, controlava totalmente as rotas para o interior, vetando aos europeus, quaisquer que fossem, o acesso às terras ao norte da capital. Os Axantes, também resistiam imposições inglesas, ao menos até a década de 1870, e inclusive invadiram por mais de uma vez o território Fante, próximo à costa, nominalmente sob proteção inglesa.

Portugal também passava por mudanças nas suas relações com suas colônias africanas por volta da metade do século. Como se viu, as primeiras tentativas frustradas

de mudar as relações estabelecidas sob a égide do tráfico de escravos, foram iniciativas de Sá da Bandeira durante sua atuação como ministro do Ultramar na década de 1830, e sabotadas pela elite luso africana que controlava o comércio na costa africana.

A conjuntura do início da década de 1850, entretanto, era outra. Em Portugal, alguns anos de paz seguiram-se às guerras civis das décadas anteriores, e abria espaço para uma política colonial um pouco mais agressiva. Em Angola, novos desafios estavam colocados para a elite luso angolana em razão do fim da exportação de escravos para o Brasil. Além disto, a concorrência de outros países europeus ameaçava cada vez mais a posição portuguesa na África centro ocidental, um território historicamente reclamado como de direito português.

Novamente sob comando de Sá da Bandeira, agora presidente do conselho ultramarino, restaurado em 1851, diversas medidas foram tomadas para tentar resguardar a posição portuguesa na África centro ocidental, e transformar a região de Angola, de exportadora de escravos em produtora agrícola.

Entre estas medidas estão as tentativas de reforçar o controle da costa, visando impedir o “contrabando” realizado em portos menores e fora do controle efetivo português; o fomento da colonização branca, através da imigração de portugueses para a região; o fim do trabalho forçado; e mais ainda, a previsão do fim da escravidão, marcada para 1878. Entretanto, segundo Valentim Alexandre, esta nova política teve o mesmo fim inglório daquela da década de 1830, e novamente “a resistência principal veio de África, onde os governadores, fazendo-se muitas vezes portadores dos interesses dominantes locais, se recusaram geralmente a cumprir as medidas que os lesavam”¹⁹

Por outro lado, no interior algumas mudanças na relação Portugal – África estavam tomando forma exatamente neste período, e em grande parte em razão da diminuição da demanda de escravos para o tráfico transatlântico. (retomar o texto com a discussão de Isabel de Castro Henriques), principalmente o argumento de que os centros de poder africanos tradicionais durante o período de tráfico escravo estavam enfraquecendo e o balanço de forças tendeu para o governo português cada vez mais desde então.

19 Alexandre, Valentim. “O império Africano, séculos XIX e XX: as linhas gerais.” in Alexandre, V. Dias, J. Orgs. *O Império Africano, séculos XIX e XX*. p. 16.

